

ESTUDO DA VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE



RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO
2. ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA
3. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA
4. MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
5. METODOLOGIA ADOTADA NA ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES
6. RESULTADO – TABELA GERAL DE PONDERAÇÃO
7. ALTERAÇÕES DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS

Anexo I - Tabela geral de ponderação

Anexo II – Fichas

1. ENQUADRAMENTO

A participação pública é um dos pilares fundamentais na formulação e revisão de políticas públicas, garantindo que as decisões tomadas pelos órgãos competentes reflitam as necessidades e expectativas da sociedade. No âmbito do processo relativo ao Estudo da Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste (EVHARTO), foi promovida uma discussão pública, permitindo que cidadãos, associações e entidades públicas e privadas apresentassem as suas opiniões, sugestões e preocupações relativamente à proposta em análise.

A realização desta consulta pública reveste-se de particular importância, uma vez que o tema em análise — a gestão e valorização dos recursos hídricos da região do Tejo e Oeste — apresenta impactos significativos a nível ambiental, económico e social. A água é um recurso essencial à vida e ao desenvolvimento sustentável, sendo, por isso, crucial assegurar que qualquer intervenção sobre os seus regimes de captação, armazenamento e distribuição seja alvo de um processo de decisão inclusivo e baseado em princípios de sustentabilidade e equidade.

A análise dos contributos revelou a existência de diversas perspetivas e preocupações, com destaque para questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental, a gestão eficiente dos recursos hídricos, o impacto sobre a biodiversidade local, a afetação dos territórios ribeirinhos, a viabilidade económica do projeto e as implicações para o setor agrícola e turístico da região. Além disso, foram levantadas questões sobre alternativas mais sustentáveis e menos impactantes para a valorização dos recursos hídricos, bem como sugestões para a melhoria da proposta apresentada.

Deste modo, este relatório não só reflete a diversidade de opiniões expressas durante o processo de discussão pública, como também documenta as respostas e decisões tomadas em relação aos contributos recebidos. O objetivo final deste exercício de ponderação é garantir que as decisões adotadas resultem de um processo democrático, inclusivo e sustentado, assegurando que os impactos ambientais e sociais sejam devidamente considerados e minimizados.

Por fim, este relatório constitui um instrumento essencial para a transparência do processo decisório, permitindo que todas as partes interessadas compreendam a forma como os seus contributos foram analisados e considerados. Pretende-se, assim, reforçar a confiança da sociedade nos processos de planeamento e gestão territorial, promovendo uma cultura de participação ativa e colaborativa na construção de soluções sustentáveis para a valorização dos recursos hídricos do Tejo e Oeste.

2. ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

A consulta pública decorreu no período compreendido entre 03/12/2024 e 28/02/2025 permitindo, durante cerca de três meses, a receção de contributos através de diferentes modalidades de participação, incluindo a plataforma participa.pt, sessões presenciais, correio eletrónico e correspondência escrita.

3. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

A divulgação da consulta pública foi realizada através do site institucional da DGADR, entre outros canais, incluindo imprensa, redes sociais, plataformas institucionais e comunicados dirigidos a entidades relevantes.

Foi ainda promovida uma sessão pública para apresentação do estudo e esclarecimento de dúvidas a pedido da Confederação dos Agricultores de Portugal.

Os documentos foram disponibilizados, para consulta, diretamente no site institucional da DGADR e no portal participa.pt

4. MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

As participações foram submetidas por via plataforma participa.pt utilizando o formulário disponibilizado para o efeito. Este requerimento incluía campos destinados à identificação do participante, à identificação da matéria em questão e ao âmbito da participação, facilitando uma apresentação rápida, prática e precisa das exposições.

Adicionalmente, as reclamações, observações ou sugestões puderam ser dirigidas por escrito ao Diretor-Geral da DGADR, entregues presencialmente nos serviços, enviadas por carta ou através do email geral@dgadr.pt.

Para assegurar uma participação pública inclusiva e transparente, foram realizadas sessões de esclarecimento abertas à comunidade, onde a equipa técnica apresentou os principais aspetos da proposta em discussão e respondeu a questões colocadas pelos presentes.

Foi garantida a confidencialidade dos contributos submetidos, respeitando o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

5. METODOLOGIA ADOTADA NA ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

Para assegurar a imparcialidade e rigor da análise, foi adotada uma metodologia estruturada que permitiu categorizar os contributos de acordo com critérios objetivos, tais como a relevância face aos objetivos do plano, a sua viabilidade técnica e a sua conformidade com princípios ambientais e socioeconómicos. Neste relatório, apresenta-se uma caracterização detalhada das participações, bem como uma síntese dos temas mais recorrentes, permitindo identificar tendências e preocupações predominantes entre os participantes.

Com vista a uma análise coerente, imparcial e sistematizada das participações recebidas durante o período de discussão pública foram elaboradas duas matrizes de participação e de ponderação, contemplando todas as possibilidades de enquadramento (ou não) na legislação vigente e nas normas inerentes à ocupação do solo (carta de ordenamento e carta de condicionantes).

5.1. PARTICIPAÇÕES

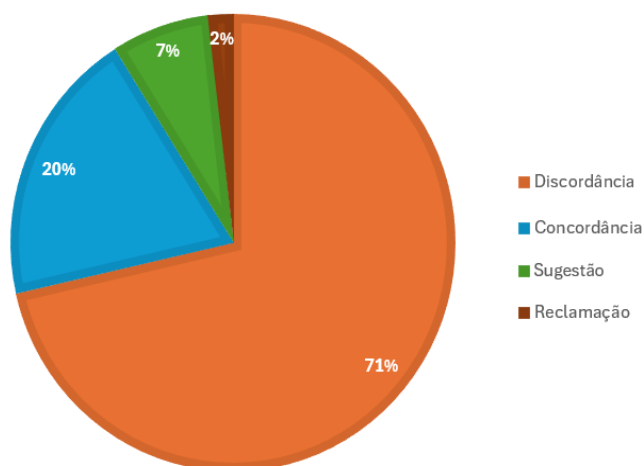
Durante este período, foram recolhidos um total de 116 contributos, os quais foram cuidadosamente analisados e classificados de acordo com a sua pertinência, incidência temática e impacto potencial sobre a decisão final.

Para além das participações do público em geral, no que respeita à administração central, foram rececionadas participações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), Agência Portuguesa do Ambiente e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT).

Foram ainda recebidas participações de diversas organizações não-governamentais, como a ZERO, a Protejo, o GEOTA, a Confederação dos Agricultores de Portugal, a FENAREG, entre outros. Estas participações são alvo da devida análise na ficha correspondente.

Relativamente à natureza das pessoas interessadas que formularam participações, observa-se que cerca de 95% tiveram origem de iniciativa Individual, de pessoas singulares (cidadãos), e, cerca de 5% foram fruto de iniciativa Coletiva, portanto de Pessoas Coletivas (associações, empresas, organizações profissionais, etc.).

No que respeita ao tipo de participação verificou-se uma natural predominância das discordâncias (71%) o que constituiu o principal motivo da participação.



Os resultados refletem, em determinada medida, a percepção do próprio participante sobre aquilo que é o principal objeto da participação, dado que consta enquanto campo de preenchimento no formulário de submissão da participação.

Esta informação aproxima-se em grande medida das tipologias apresentadas quanto à natureza da participação, o que reflete alguma consciência e conhecimento do participante face ao objeto da sua participação.

5.2. MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO

No que respeita à natureza da participação, verificou-se uma clara predominância de matérias relacionadas com a proposta em estudo. Nesse sentido, a matriz de análise desenvolvida para a ponderação das participações no âmbito do EVRHAVTO constitui uma ferramenta essencial para garantir a análise individual e imparcial de cada contribuição apresentada durante o período de Discussão Pública. Esta matriz organiza as participações por tipologia, permitindo um tratamento estruturado e transparente, em conformidade com os critérios previamente definidos.

As participações foram posteriormente sistematizadas de acordo com o seu tema principal de forma que se possa analisar qualitativamente as questões mais participadas. Dada a abrangência de uma grande parte das participações, focalizadas numa pluralidade de considerações e temáticas, tentou-se enquadrá-las em categorias tipológicas, de forma a auxiliar a sua análise. Deste modo, apresenta-se a sistematização que decorreu das reclamações/observações/sugestões e as matérias chave elencadas. Os comentários recolhidos foram agrupados nos seguintes temas principais:

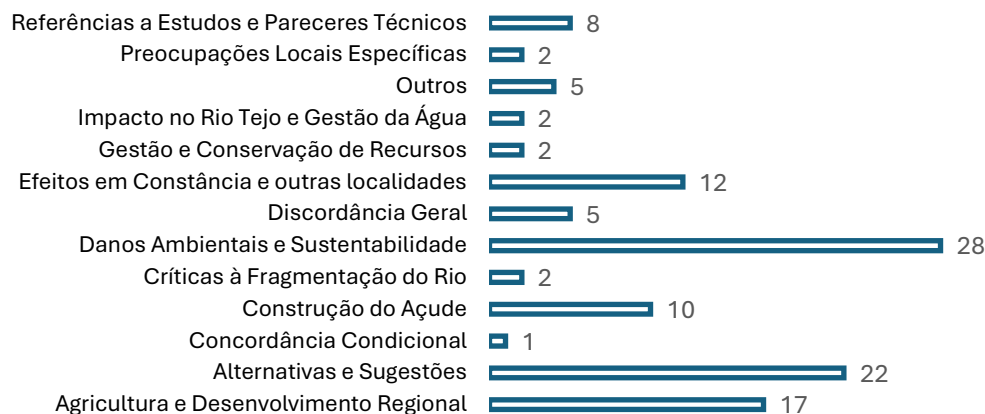
- Impacto no Rio Tejo e Gestão da Água – Preocupações com a sustentabilidade da água e impacto ambiental no fluxo do rio;
- Construção do Açude – Debate sobre os benefícios e riscos da construção de uma estrutura de regulação hídrica;
- Efeitos em Constância e outras localidades – Possíveis impactos económicos, sociais e paisagísticos nas comunidades ribeirinhas;
- Agricultura e Desenvolvimento Regional – Consequências para a irrigação e produção agrícola;
- Danos Ambientais e Sustentabilidade – Riscos para a biodiversidade e qualidade da água;
- Alternativas e Sugestões – Propostas para soluções alternativas de valorização dos recursos hídricos ou comentários que recomendam melhorias ou elementos que deveriam ser incluídos na análise.
- Referências a Estudos e Pareceres Técnicos – Comentários que mencionam análises de grupos como ONGA's ou estudos técnicos.
- Concordância Condicional – Comentários que apoiam a iniciativa, mas apenas sob certas condições.
- Críticas à Fragmentação do Rio – Comentários que mencionam barreiras artificiais e o impacto na continuidade do fluxo do Tejo.

5.3. RESULTADO DA MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO

5.3.1. ANÁLISE QUANTITATIVA

5.3.1.1. DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA

No que respeita à natureza da participação, verificou-se uma clara predominância de matérias relacionadas com a sustentabilidade (28), nomeadamente no que respeita ao ambiente.



Também se identificaram 17 participações respeitantes à agricultura e desenvolvimento regional, claramente relacionado com o assunto em análise. Os pedidos de alternativas e sugestões, ou seja, de críticas que podem ser considerar como construtivas assumiram um peso de 20% (17 participações).

5.3.1.2. TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS

- Predominância de Preocupações Ambientais

A maioria das contribuições foca nos impactos negativos sobre a biodiversidade e na possível degradação da qualidade da água. Há um receio generalizado de que o açude cause fragmentação ecológica, prejudicando a fauna e a flora do Rio Tejo.

- Ceticismo Quanto à Eficácia do Açude

Muitos participantes questionam se os benefícios do açude justificam os custos e os riscos ambientais. Alguns defendem que a solução proposta pode ser ineficiente ou que existem alternativas mais sustentáveis para regular o caudal do rio.

- Forte Mobilização Local

Há grande envolvimento de comunidades locais, como Constância e Vila Nova da Barquinha. As preocupações incluem impactos económicos, turísticos e culturais, destacando que a região pode ser prejudicada por mudanças no fluxo do rio e no cenário paisagístico.

- Apelo por Estudos Mais Abrangentes

Várias contribuições defendem a necessidade de mais análises técnicas e científicas antes da implementação do projeto. Destacam a importância de considerar políticas hídricas transfronteiriças, dados climáticos e impactos socioeconómicos mais amplos.

- Polarização Entre Benefícios para Agricultura e Riscos Ambientais

Enquanto parte dos participantes vê o açude como uma solução para a irrigação e o desenvolvimento agrícola, outro grupo alerta que essa abordagem pode gerar desigualdade no acesso à água e comprometer a sustentabilidade dos recursos hídricos no longo prazo.

5.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA

5.3.2.1. PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES POR CATEGORIA

A. Danos Ambientais e Sustentabilidade

Principais preocupações:

- Impacto na biodiversidade e ecossistema do Tejo.
- Qualidade da água e risco de degradação ambiental.
- Fragmentação do rio, dificultando a migração de espécies aquáticas.

Exemplo de comentário:

"Os argumentos expendidos no projeto do açude, nomeadamente na sua componente ecológica, são muito frágeis. A construção pode afetar a fauna piscícola, impedindo a mobilidade natural de espécies."

B. Alternativas e Sugestões

Principais preocupações:

- Exploração de opções mais sustentáveis para a gestão hídrica.
- Uso de soluções naturais, como requalificação de margens e reflorestação.
- Necessidade de estudos complementares sobre impactos de longo prazo.

Exemplo de comentário:

"Considerando a vulnerabilidade do Tejo, deveriam ser exploradas alternativas que não envolvam infraestruturas rígidas, como açudes permanentes."

C. Agricultura e Desenvolvimento Regional

Principais preocupações:

- Benefícios para a irrigação agrícola e produtividade.
- Preocupação com pequenos agricultores e desigualdade no acesso à água.
- Possíveis mudanças na dinâmica económica das comunidades rurais.

Exemplo de comentário:

"A regulação do caudal pode ser benéfica para a agricultura, mas é essencial garantir que os pequenos agricultores também tenham acesso equilibrado aos recursos."

D. Impacto no Rio Tejo e Gestão da Água

Principais preocupações:

- Gestão inadequada dos recursos hídricos do Tejo.
- Redução do caudal em determinadas épocas do ano.
- Falta de integração com políticas hídricas transfronteiriças (Espanha-Portugal).

Exemplo de comentário:

"Os efeitos do açude devem ser considerados no contexto mais amplo da gestão da bacia hidrográfica, especialmente no que toca aos acordos internacionais sobre partilha de água."

E. Construção do Açude

Principais preocupações:

- Custos elevados versus benefícios duvidosos.
- Riscos estruturais e manutenção a longo prazo.
- Possível obsolescência face a cenários futuros de escassez hídrica.

Exemplo de comentário:

"É necessário garantir que o açude será eficaz e sustentável, pois intervenções mal planeadas podem acabar como infraestruturas subutilizadas."

F. Efeitos em Constância e Outras Localidades

Principais preocupações:

- Impactos sociais e económicos nas comunidades ribeirinhas.
- Potencial perda de identidade paisagística e cultural.
- Alterações na navegabilidade e turismo fluvial.

Exemplo de comentário:

"O açude pode comprometer o turismo náutico e atividades tradicionais em Constância, afetando a economia local."

G. Outras Categorias

- Discordância Geral: Opiniões contrárias ao projeto sem justificações detalhadas.
- Referências a Estudos e Pareceres Técnicos: Sugestão de mais estudos científicos antes de decisões.
- Críticas à Fragmentação do Rio: Preocupações com o bloqueio do fluxo natural do Tejo.
- Sugestões para o Estudo: Recomendação de incluir novas variáveis na análise de impacto.

5.4. ANÁLISES QUALITATIVA DAS PARTICIPAÇÕES ORIUNDAS DOS ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Agência Portuguesa do Ambiente

O estudo conclui que a Barragem do Alvito é essencial para a expansão da área irrigada e o desenvolvimento agrícola. No entanto, o parecer da APA aponta a existência de omissões, tais como:

- Falta de análise sobre a viabilidade económica do projeto, incluindo os custos da Barragem do Alvito;
- Ausência de estudos sobre o impacto do projeto na qualidade da água e no avanço da cunha salina;
- Não consideração de soluções alternativas, como a reutilização de águas residuais tratadas.

A APA recomenda revisão do estudo para incluir essas questões, garantindo uma tomada de decisão mais informada e sustentável.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

O ICNF conclui que o estudo apresenta lacunas na avaliação dos impactos ambientais e na integração de medidas de conservação da biodiversidade. As principais recomendações incluem:

- Revisão do estudo para incluir uma análise mais detalhada dos impactos sobre áreas classificadas e espécies protegidas;
- Integração de medidas específicas para prevenir a degradação dos solos e dos ecossistemas aquáticos;
- Adequação das propostas aos planos de ordenamento ambiental e florestal;
- Avaliação de alternativas que minimizem os impactos negativos, como a reutilização de águas residuais tratadas.

O parecer do ICNF reforça a importância de uma gestão sustentável dos recursos hídricos, garantindo a compatibilização da agricultura com a conservação da natureza.

Administração Regional de Saúde - Lisboa e Vale do Tejo

A ARSLVT emitiu um parecer favorável ao Estudo, mas destacou pontos críticos que devem ser considerados:

- Ausência da Saúde Humana como FCD: Não há avaliação específica dos impactos sobre a saúde da população.
- Reforço na análise da qualidade da água: Avaliação mais detalhada das implicações para a saúde pública.
- Monitorização e seguimento do projeto: Necessidade de acompanhamento contínuo para mitigar riscos ambientais e garantir a sustentabilidade do projeto.

A ARSLVT conclui que, embora o estudo tenha um forte enfoque ambiental e de sustentabilidade, a sua implementação requer um acompanhamento rigoroso para evitar impactos negativos na saúde pública e no equilíbrio ecológico da região.

Comissão de Desenvolvimento e Coordenação Regional - Lisboa e Vale do Tejo

A CCDR-LVT reconhece a importância do ponto de vista do fator socioeconómico, particularmente através da sustentabilidade adicional que o projeto trará às atividades económicas que se desenvolvem na região e que dependem da disponibilidade hídrica existente, sobretudo face a cenários de alterações climáticas. Ainda constata algum grau de generalidade na avaliação, em parte decorrente da natureza do Estudo, sendo que teria beneficiado de um aprofundamento e melhor fundamentação das conclusões. Esta avaliação deverá ser assegurada nas fases seguintes do desenvolvimento do Estudo, sem prejuízo de desde já carecerem de ser definidas orientações para esse desenvolvimento, seja quanto ao âmbito e aprofundamento da futura avaliação seja na definição das ações.

5.5. MATRIZ DE PONDERAÇÃO

As participações foram analisadas individualmente, considerando o seu alinhamento com os princípios e estratégias estabelecidos no EVRHAVTO. Em seguida, foi elaborada uma matriz de avaliação para ponderar as participações, levando em conta o conteúdo e o tipo de cada contribuição. A construção desta "matriz de ponderação" foi dinâmica, sendo ajustada sempre que surgissem novos casos que não estavam inicialmente contemplados. Abaixo estão descritos os princípios gerais que orientaram a elaboração da matriz de análise, que deve seguir princípios gerais que garantam a objetividade, a transparência e a equidade na avaliação das contribuições recebidas.

1. Critérios de Relevância e Fundamentação Técnica (30%)

Avalia a qualidade e a fundamentação das contribuições recebidas.

- Base técnico-científica da contribuição (10%) – Se a contribuição se apoia em estudos científicos, dados técnicos ou boas práticas.
- Grau de novidade da informação (10%) – Se introduz novos elementos relevantes não considerados previamente.
- Clareza e exequibilidade da proposta (10%) – Se a sugestão é bem fundamentada e apresenta medidas concretas e aplicáveis.

2. Critérios de Sustentabilidade e Impacto Ambiental (25%)

Mede o impacto das propostas na gestão sustentável da água e na conservação dos ecossistemas.

- Contributo para o uso eficiente da água na agricultura (10%) – Se promove a eficiência hídrica e a redução do desperdício.
- Impacto ambiental positivo (10%) – Se a proposta favorece a proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas.
- Adaptação às alterações climáticas (5%) – Se a medida reforça a resiliência da agricultura a eventos extremos (seca, cheias).

3. Critérios de Conformidade com Estratégias e Regulamentos (20%)

Garante que as propostas se alinham com políticas públicas e normativas legais.

- Compatibilidade com a legislação hídrica nacional e europeia (10%) – Se respeita a Diretiva-Quadro da Água e outras normas.
- Coerência com planos regionais e nacionais de gestão hídrica (10%) – Se está alinhada com instrumentos de ordenamento do território e planos hidroagrícolas.

4. Critérios de Viabilidade Técnica e Económica (15%)

Avalia a possibilidade real de implementação das propostas.

- Exequibilidade técnica (10%) – Se há tecnologia e conhecimento disponíveis para aplicar a medida.
- Sustentabilidade económica (5%) – Se a proposta é viável economicamente e tem potencial para financiamento público ou privado.

5. Critérios de Interesse Social e Envolvimento dos Stakeholders (10%)

Mede a representatividade e o impacto social da contribuição.

- Interesse e abrangência dos stakeholders (5%) – Se a proposta reflete preocupações de múltiplos atores (agricultores, autarquias, ONGs, associações).
- Benefícios sociais e territoriais (5%) – Se promove o desenvolvimento agrícola e territorial da região.

A pontuação final de cada participação foi calculada com base numa média ponderada dos critérios principais, com os pesos acima referidos:

Relevância Técnica → 30%	Sustentabilidade Ambiental → 25%
Conformidade Legal → 20%	Viabilidade Técnica e Económica → 15%
Interesse Social → 10%	

Cada critério foi avaliado com base em subcritérios, pontuados entre 0 e 5, depois normalizados para uma escala de 0 a 100.

A fórmula usada para calcular a pontuação final foi:

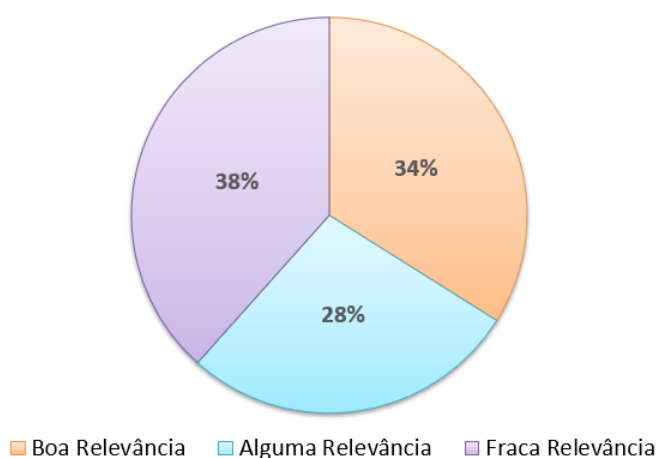
$$\text{Pontuação Final} = (RT \times 0.30) + (SA \times 0.25) + (CL \times 0.20) + (VTE \times 0.15) + (IS \times 0.10)$$

Onde:

- RT = Média dos subcritérios de Relevância Técnica
- SA = Média dos subcritérios de Sustentabilidade Ambiental
- CL = Média dos subcritérios de Conformidade Legal
- VTE = Média dos subcritérios de Viabilidade Técnica e Económica
- IS = Média dos subcritérios de Interesse Social

ID	Data Submissão	Pontuação	Relevância Técnica 30%			Sustentabilidade Ambiental 25%			Conformidade Legal 20%		Viabilidade Técnica e Económica 15%		Interesse Social 10%	
			Base técnico-científica 10%	Grau de novidade da informação 10%	Clareza e exequibilidade da proposta 10%	Uso eficiente da água 10%	Impacto ambiental positivo 10%	Adaptação às alterações climáticas 5%	Compatibilidade e com legislação 10%	Coerência com planos estratégicos 10%	Exequibilidade técnica 10%	Sustentabilidade económica 5%	Interesse e abrangência dos stakeholders 5%	Benefícios sociais e territoriais 5%
81030	20/12/2024	54	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
82290	28/02/2025	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
82289	28/02/2025	56	60	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81141	28/12/2024	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
82287	28/02/2025	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
82286	28/02/2025	61	60	60	40	40	40	40	40	40	100	40	40	40
82285	28/02/2025	56	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40	100	40
82284	28/02/2025	78	100	100	100	100	100	40	40	100	100	100	40	40
82279	28/02/2025	68	100	100	100	100	40	40	40	40	40	40	40	40
82277	28/02/2025	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81230	15/01/2025	56	60	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81242	10/01/2025	61	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	100
81243	10/01/2025	69	100	60	40	40	40	40	100	40	40	40	40	100
81532	14/01/2025	61	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

A tabela completa da matriz de ponderação encontra-se no Anexo II - Matriz de ponderação, onde foi atribuído um código específico para cada tipologia de ponderação. A matriz permitiu uma análise detalhada e imparcial das participações, garantindo que cada situação fosse avaliada com base nos critérios técnicos e legais aplicáveis. Apesar da complexidade de algumas propostas, o processo assegurou a transparência e a conformidade com as normas legais.



A partir desta análise, considerou-se que as participações que tivessem uma pontuação acima de 60% seriam consideradas como “boa relevância”, entre 60% e 50% como de “alguma relevância” e abaixo de 50% como “fraca relevância”. O resultado desta classificação deu origem a três distintos grupos de dimensão semelhante.

Foram ainda elaboradas fichas técnicas detalhadas para cada contribuição com “boa relevância” (PT>60%), analisando a sua pertinência e impacto potencial. As fichas registam a decisão tomada sobre cada contributo e respetiva fundamentação e podem ser consultadas nos anexos a este relatório.

5.6. RESULTADO DA MATRIZ DE PONDERAÇÃO

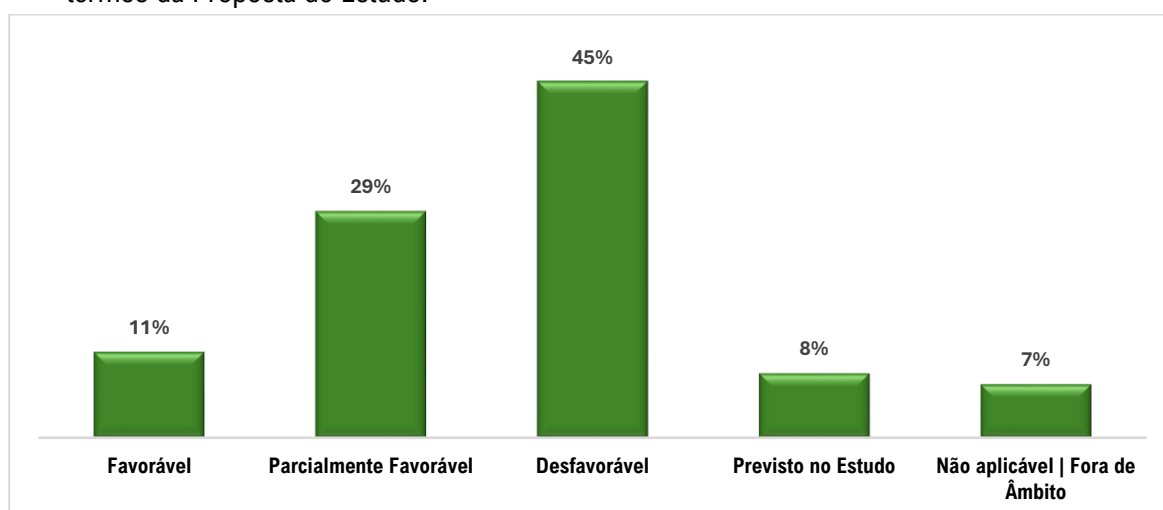
A partir da classificação antes descrita, procedeu-se à análise de cada participação que tenha sido classificada como “boa relevância” ou “alguma relevância”, para um total de 73 participações. A partir desta triagem,

procedeu-se à ponderação de cada uma das 73 participações à atribuição de uma das seguintes propostas de decisão e orientação para seguimento:

- A - Favorável – Enquadrar na proposta de Estudo a pretensão – Quando os termos da exposição se adequam na sua totalidade ao modelo de desenvolvimento / estratégia do EVRHAVTO;
- B - Parcialmente Favorável – Enquadrar na Proposta de Estudo parte da pretensão – Quando os termos da exposição se adequam em parte ao modelo de desenvolvimento / estratégia do EVRHAVTO;
- C - Desfavorável – Manter os termos da Proposta de Estudo – Quando os termos da exposição não se adequam ao modelo de desenvolvimento / estratégia do EVRHAVTO;
- D - Previsto no Plano – Manter os termos da Proposta de Estudo – Quando os termos da exposição se encontram já incluídos nos conteúdos da proposta submetida a discussão pública;
- E - Não aplicável | Fora de Âmbito – Manter os termos da Proposta de Estudo – Quando os termos da exposição se referem a matérias que extravasam o âmbito do EVRHAVTO em geral.

Em resultado desta ponderação, relativamente às propostas de decisão e orientação para seguimento das participações formuladas pelas pessoas interessadas, observa-se que:

- [11] % - Têm proposta de decisão como favorável, com indicação para Alterar a proposta de estudo de acordo com a pretensão da pessoa interessada;
- [29] % - Têm proposta de decisão como parcialmente favorável, com indicação para Alterar a proposta de estudo de acordo com parte da pretensão da pessoa interessada;
- [45] % - Têm proposta de decisão como desfavorável, com indicação para Manter os termos da Proposta de Estudo;
- [8] % - Têm proposta de decisão como previsto no plano, com indicação para Manter os termos da Proposta de Estudo;
- [7] % - Têm proposta de decisão como Não aplicável | Fora de Âmbito, com indicação para Manter os termos da Proposta de Estudo.



6. RESULTADO – TABELA GERAL DE PONDERAÇÃO

Extrato das primeiras 50 participações recebidas por ordem de entrada (Em anexo publica-se a tabela completa)

ID	Pontuação	Base técnico-científica	Grau de novidade da informação	Clareza e exequibilidade da proposta	Uso eficiente da água	Impacto ambiental positivo	Adaptação às alterações climáticas	Compatibilidade e com legislação	Coerência com planos estratégicos	Exequibilidade e técnica	Sustentabilidade e económica	Interesse e abrangência dos stakeholders	Benefícios sociais e territoriais
80825	80	60	60	100	40	100	40	40	100	100	100	100	100
80826	60	100	60	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40
80827	72	100	60	40	40	40	40	40	100	40	40	40	40
80829	54	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
80879	64	60	60	40	40	100	40	40	40	100	40	40	40
80904	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
80914	56	60	60	40	40	100	40	40	40	40	40	40	40
81008	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81020	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81022	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81027	73	100	60	100	40	40	40	100	40	40	40	40	40
81028	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81030	54	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81039	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81095	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81099	54	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81141	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81142	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81146	62	100	60	40	40	40	40	100	40	40	40	40	40
81156	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81174	45	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81186	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81202	61	60	100	40	40	40	40	100	40	100	40	40	40
81217	46	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81224	44	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81227	54	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81230	56	60	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81238	46	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81242	61	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	100
81243	69	100	60	40	40	40	40	100	40	40	40	40	100
81247	69	100	60	40	40	40	40	100	40	40	40	100	40
81264	64	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81267	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81532	61	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81548	62	100	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81584	54	60	60	40	40	40	40	100	40	40	40	40	40
81589	62	100	60	40	40	40	40	40	100	40	40	40	40
81597	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81618	52	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81681	54	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81686	66	100	60	40	40	100	40	40	40	40	40	40	40
81725	62	100	60	40	40	40	40	100	40	40	40	40	40
81757	54	100	60	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81766	54	60	60	40	40	40	100	40	40	40	100	40	40
81768	46	40	40	40	40	40	40	40	40	40	100	40	40
81829	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81830	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81837	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81842	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81851	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81853	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81857	56	60	60	40	40	40	40	100	40	40	40	40	40
81860	54	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81861	51	60	60	40	40	40	40	40	40	100	40	40	40
81880	64	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81907	58	60	100	100	40	100	40	40	40	40	40	40	40
81914	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81936	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81975	48	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81982	46	60	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81984	54	100	60	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
81994	78	100	60	40	100	40	40	40	40	40	100	40	40
82017	56	60	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
82057	62	100	100	40	40	100	40	40	100	40	40	40	40
82078	60	100	100	40	40	40	40	40	40	40	100	40	40
82092	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
82127	68	100	100	40	40	40	40	40	40	40	100	40	40
82129	64	100	100	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
82137	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

7. PRINCIPAIS LINHAS DE DESENVOLVIMENTO DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA

7.1. CONTRIBUIÇÕES RELEVANTES DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA

O presente descritor tem como objetivo sintetizar as principais tendências identificadas nas contribuições recebidas, detalhar os pontos mais discutidos, avaliar a relevância e impacto das sugestões e apresentar recomendações para a integração dos contributos mais significativos na formulação final do projeto. Além disso, busca evidenciar as preocupações centrais da sociedade em relação ao projeto e as possíveis soluções para atender às expectativas manifestadas.

7.2. CARACTERIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

Foram recebidas um total de 116 contribuições, submetidas por indivíduos e organizações representativas de diferentes setores. As contribuições foram classificadas em três categorias principais:

- Sugestões construtivas: 37% das contribuições apresentaram propostas de melhoria, tanto na abordagem metodológica do projeto quanto nas medidas a serem implementadas. Essas sugestões abordaram aspectos técnicos, ambientais e sociais, destacando a necessidade de soluções inovadoras para garantir a sustentabilidade e eficácia do projeto.
- Discordâncias fundamentadas: 48% expressaram oposição ao projeto ou a determinados aspectos do mesmo, com base em argumentos técnicos, económicos ou ambientais. Muitas dessas discordâncias apontaram para possíveis falhas nos estudos prévios realizados ou para impactos negativos que não teriam sido suficientemente considerados.
- Comentários gerais: 15% das contribuições consistiram em opiniões gerais sobre o tema, sem uma sugestão concreta de melhoria. Embora nem sempre tragam propostas detalhadas, essas contribuições ajudam a identificar o sentimento da população em relação ao projeto.

A diversidade de perfis dos participantes reflete o elevado interesse da sociedade neste projeto e a necessidade de um debate mais aprofundado sobre os seus impactos a curto e longo prazo.

7.3. PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS

Os contributos foram analisados e agrupados em três grandes áreas temáticas:

7.3.1. Sustentabilidade Ambiental e Recursos Hídricos

A gestão sustentável dos recursos hídricos foi um dos temas mais recorrentes nas contribuições recebidas. Muitos participantes expressaram preocupação com o impacto do projeto sobre os ecossistemas aquáticos, especialmente em relação ao consumo de água, contaminação de nascentes e alterações nos cursos d'água. Entre as principais propostas, destacam-se:

- Reforço das medidas de monitorização ambiental durante todas as fases do projeto, com a inclusão de indicadores específicos para avaliar os impactos ambientais de longo prazo.
- Implementação de tecnologias mais eficientes para redução do desperdício de água, como sistemas de reaproveitamento e uso racional do recurso.
- Criação de zonas de proteção para minimizar os impactos sobre a biodiversidade local e garantir a manutenção dos habitats naturais.

7.3.2. Impacto Económico e Social

Outro tema amplamente debatido foi o impacto económico e social do projeto. Algumas contribuições destacaram os potenciais benefícios económicos, incluindo a geração de emprego e o desenvolvimento de infraestruturas. No entanto, outras contribuições levantaram preocupações sobre:

- O risco de marginalização de comunidades locais afetadas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.
- A necessidade de garantir mecanismos de compensação financeira para grupos impactados negativamente, assegurando que eventuais danos sejam minimizados.
- A importância de assegurar que os benefícios económicos sejam distribuídos de forma equitativa, evitando a concentração de vantagens em grupos específicos.
- O impacto a longo prazo do projeto na economia regional, com a necessidade de avaliar sua sustentabilidade financeira.

7.3.3. Transparência e Participação Pública

A transparência no processo decisório e a inclusão da sociedade civil também foram temas destacados em várias contribuições. Muitos participantes defenderam:

- Maior divulgação das informações relacionadas ao projeto, incluindo a publicação de documentos técnicos acessíveis ao público.
- Realização de audiências públicas adicionais para esclarecimento de dúvidas e apresentação de estudos complementares.
- Criação de um comitê independente para fiscalizar a execução do projeto, garantindo maior credibilidade e imparcialidade na avaliação dos impactos.
- Desenvolvimento de canais de comunicação contínuos entre as entidades responsáveis e a população, permitindo o envio de sugestões e reclamações ao longo da implementação do projeto.

7.4. IMPACTO E VIABILIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES

A análise das contribuições revelou as seguintes evidências:

- 9% das propostas têm um impacto potencialmente elevado na formulação do projeto, podendo levar a revisões substanciais. Muitas dessas propostas estão alinhadas com tendências internacionais de desenvolvimento sustentável e poderiam fortalecer a legitimidade do projeto.
- 28% das sugestões foram consideradas viáveis, embora algumas exijam ajustes técnicos ou jurídicos antes de serem implementadas. A adoção dessas sugestões poderia melhorar a aceitação pública do projeto e reduzir potenciais conflitos futuros.
- 7% dos contributos foram classificados como de baixa viabilidade, devido a restrições legais, financeiras ou operacionais. Algumas dessas propostas, embora bem-intencionadas, não poderiam ser implementadas sem alterações significativas na estrutura do projeto ou no orçamento disponível.

7.5. RECOMENDAÇÕES

Com base na análise das contribuições, recomenda-se:

1. Adoção de medidas de proteção ambiental mais rigorosas, conforme sugerido em várias contribuições. Isso inclui a implementação de programas de monitorização contínua e a adoção de práticas sustentáveis.
2. Reforço da participação pública, garantindo que todas as partes interessadas tenham voz ativa no processo. A ampliação dos canais de diálogo poderia contribuir para uma maior aceitação do projeto.
3. Avaliação técnica das sugestões de maior impacto, garantindo sua viabilidade antes da incorporação ao projeto final. Estudos adicionais poderiam fornecer uma base mais sólida para a tomada de decisões.
4. Melhoria dos mecanismos de transparência, incluindo a disponibilização de relatórios periódicos sobre a implementação do projeto. A criação de um portal online atualizado com informações detalhadas poderia aumentar a confiança da população.
5. Planeamento de estratégias de mitigação dos impactos económicos e sociais, considerando a criação de programas de compensação e apoio às comunidades afetadas.

A discussão pública demonstrou um elevado nível de envolvimento da sociedade, evidenciando a necessidade de considerar as preocupações expressas para garantir um projeto equilibrado e sustentável. A integração das sugestões mais relevantes poderá contribuir para uma execução mais eficiente e socialmente responsável, garantindo um desenvolvimento sustentável para as futuras gerações.

8. CONCLUSÕES

Este relatório reflete o compromisso de consideração das participações recebidas e apresenta as decisões resultantes da discussão pública. Na análise global das participações recebidas, destaca-se que uma parte significativa aborda questões de carácter privado ou pessoal, com os participantes a solicitarem maior atenção para a melhoria das suas parcelas. Estas solicitações incluem, em muitos casos, a apresentação de delimitações específicas dos polígonos que servem de base às reivindicações apresentadas. Outras contribuições, por outro lado, referem-se a correções ou ajustes nos elementos escritos e a pedidos de esclarecimento.

A agricultura é um dos setores fundamentais da economia portuguesa, desempenhando um papel estratégico na produção alimentar, no emprego rural e nas exportações nacionais. Dentro deste setor, a agricultura de regadio assume uma relevância incontestável, representando a base da produção de várias culturas essenciais, como os cereais, o olival, a vinha, os frutos frescos e os hortícolas, que abastecem tanto o mercado interno como os mercados internacionais. A competitividade da agricultura portuguesa assenta, em grande medida, na capacidade de garantir uma utilização eficiente e previsível da água, permitindo estabilidade na produção e melhor adaptação às variações climáticas.

De facto, as zonas agrícolas de regadio contribuem significativamente para o PIB agrícola e para a balança comercial do país, sendo responsáveis por grande parte das exportações agroalimentares. Produtos como o azeite, o vinho, os citrinos e os hortofrutícolas têm um forte peso no mercado externo, reforçando a importância da água como fator essencial para a competitividade do setor. Além disso, o regadio sustenta milhares de postos de trabalho e dinamiza as economias locais, prevenindo o despovoamento do interior e promovendo a coesão territorial.

Contudo, este setor enfrenta um desafio crescente: como garantir a disponibilidade de água para o regadio sem comprometer a sustentabilidade dos recursos hídricos e a preservação ambiental? O equilíbrio entre estas duas

necessidades é uma questão central para o desenvolvimento futuro da agricultura portuguesa e para a proteção dos ecossistemas aquáticos que sustentam não só a biodiversidade, mas também a qualidade da própria água utilizada na produção agrícola.

A disponibilidade de água para o regadio é cada vez mais condicionada por fatores como as alterações climáticas, a desertificação e a variabilidade dos caudais dos rios. Em Portugal, a ocorrência de períodos de seca prolongada tem vindo a aumentar, afetando a produtividade agrícola e colocando em risco a viabilidade de muitas explorações. A pressão sobre os recursos hídricos exige, por isso, uma abordagem mais eficiente e inovadora na gestão da água, garantindo que a agricultura continue a ser um motor de desenvolvimento económico sem comprometer a resiliência ambiental do território.

Os principais desafios passam por:

- Assegurar a modernização dos sistemas de regadio, promovendo métodos mais eficientes, como a irrigação de precisão e a reutilização de águas tratadas, reduzindo desperdícios e otimizando o consumo de água;
- Garantir um planeamento sustentável da distribuição da água, conciliando as necessidades do setor agrícola com a disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas;
- Promover o equilíbrio entre a produção intensiva e a conservação dos ecossistemas aquáticos, evitando a sobre-exploração dos recursos e protegendo a biodiversidade;
- Investir na inovação e na tecnologia agrícola, incentivando práticas agrícolas mais adaptadas à realidade climática do país e menos dependentes de grandes volumes de água.

A solução para este equilíbrio delicado passa pela implementação de políticas públicas que conciliem o crescimento agrícola com a proteção dos recursos hídricos. A modernização das infraestruturas de regadio e o uso de tecnologias inteligentes são fundamentais para reduzir consumos excessivos e tornar a agricultura mais resiliente.

Além disso, é essencial que o setor agrícola continue a diversificar as suas fontes de água, investindo em captação e armazenamento sustentável, e que haja um esforço contínuo para sensibilizar os agricultores para a utilização eficiente e responsável deste recurso essencial.

O futuro da agricultura de regadio em Portugal dependerá da capacidade de inovação e adaptação do setor, garantindo que a água continue a ser um fator de produtividade e crescimento, mas sem comprometer o equilíbrio ecológico e a disponibilidade hídrica para as gerações futuras. O desafio não é escolher entre desenvolvimento económico e sustentabilidade ambiental, mas sim encontrar soluções que permitam que ambos coexistam, assegurando que a agricultura portuguesa continue competitiva, próspera e sustentável.

8.1 DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO FUTURO DO PROJETO

A discussão pública do projeto de valorização dos recursos hídricos para a agricultura no Vale do Tejo e Oeste permitiu recolher contributos valiosos de diversos stakeholders, incluindo entidades ambientais, académicas, empresariais e cidadãos. Com base na análise das contribuições recebidas, foram identificadas preocupações e recomendações que deverão servir de base para a elaboração do futuro projeto de execução. Este documento estabelece diretrizes estratégicas para garantir um desenvolvimento sustentável, equilibrado e alinhado com os princípios de gestão eficiente dos recursos hídricos.

Em paralelo com a elaboração do projeto de execução, serão realizados estudos específicos para cada uma das especialidades envolvidas, nomeadamente estudos de impacto ambiental, gestão dos recursos hídricos e análise económica. Estes estudos fornecerão informação técnica essencial para fundamentar a tomada de decisões e garantir que a solução final adotada seja viável e sustentável.

Além disso, importa referir que a solução do açude em Constância não está fechada. Poderão ser consideradas soluções técnicas equivalentes ou mesmo a deslocação do açude para outra localização, caso os estudos específicos demonstrem que essa alteração trará benefícios ambientais, sociais ou económicos significativos.

8.2 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GESTÃO HÍDRICA

O projeto deve garantir a preservação dos ecossistemas aquáticos, minimizando impactos sobre espécies migratórias como a lampreia e o sável. Devem ser adotadas soluções que permitam a continuidade ecológica dos cursos de água.

A qualidade da água deve ser assegurada através da implementação de sistemas de monitorização regulares para prevenir a eutrofização e o acumular de poluentes.

Qualquer intervenção deve cumprir integralmente as Diretivas Europeias da Água, Aves e Habitats, privilegiando soluções que respeitem os equilíbrios ambientais.

Devem ser consideradas alternativas sustentáveis à construção de grandes infraestruturas, como a reutilização de águas residuais tratadas e a modernização dos sistemas de rega para reduzir o consumo de água.

IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL

O projeto deve incluir um estudo detalhado de custo-benefício, garantindo que o investimento de 1,3 mil milhões de euros seja justificado por retornos económicos e sociais sólidos.

Deve ser promovido um modelo de desenvolvimento inclusivo, assegurando que as populações ribeirinhas não sejam negativamente impactadas e que existam mecanismos de compensação para grupos afetados.

A dinamização do turismo e da economia local deve ser uma prioridade, evitando impactos negativos em atividades como desportos aquáticos, pesca e património cultural.

O projeto deve fomentar a criação de emprego e a inovação tecnológica na gestão hídrica, promovendo soluções de eficiência energética e de automação na distribuição de água.

INFRAESTRUTURAS E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

O projeto de execução deve basear-se numa Avaliação Ambiental Estratégica rigorosa, que compare diferentes alternativas e justifique a opção mais sustentável e eficiente.

Soluções baseadas na natureza, como a recuperação de zonas húmidas e sistemas naturais de retenção de água, devem ser consideradas como alternativas viáveis a infraestruturas artificiais.

Deve ser garantida uma abordagem participativa, com a criação de mecanismos formais para o envolvimento das comunidades locais e dos diferentes setores interessados.

O projeto deve ser flexível e adaptável, permitindo ajustes com base em novos estudos científicos e em mudanças climáticas previstas para a região.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA

Devem ser promovidas novas audiências públicas e consultas alargadas para garantir que todas as partes interessadas tenham oportunidade de contribuir para a fase de execução do projeto.

A transparência deve ser assegurada através da publicação periódica de relatórios sobre o progresso do projeto e dos impactos ambientais e sociais monitorizados.

Deve ser criada uma plataforma digital de acompanhamento do projeto, onde os cidadãos possam aceder a dados atualizados e submeter sugestões durante todo o processo de implementação.

8.3 ILAÇÕES

As diretrizes aqui apresentadas refletem as principais preocupações expressas na discussão pública e servem de base para um desenvolvimento sustentável e participativo do futuro projeto de execução. O sucesso da iniciativa dependerá da capacidade de integrar soluções inovadoras, minimizar impactos ambientais e garantir benefícios económicos e sociais para todas as partes envolvidas. O compromisso com a sustentabilidade e a transparência será fundamental para assegurar a aceitação e viabilidade do projeto a longo prazo.

Adicionalmente, a flexibilidade na escolha da localização do açude e a realização de estudos especializados irão garantir que a decisão final seja sustentada por evidências técnicas robustas, alinhadas com as melhores práticas internacionais de gestão de recursos hídricos.

ANEXOS

Anexo I - Tabela Geral de Ponderação

Anexo II – Fichas de Participação

Anexo I - Tabela Geral de Ponderação

Anexo II – Fichas de Participação